

O CONTEXTO DE USO DO TERMO ARQUIVOS COMUNITÁRIOS A PARTIR DA VERTENTE DOS ESTUDOS CRÍTICOS E DECOLONIAIS: uma análise terminológica pontual

THE CONTEXT OF USE OF THE TERM COMMUNITY ARCHIVES FROM THE POINT OF VIEW OF CRITICAL AND DECOLONIAL STUDIES: a punctual terminological analysis

Maíra Fernandes Alencar | Brígida Maria Nogueira Cervantes | Mário Barité

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4>

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar o contexto de uso do termo Arquivos Comunitários, a partir da produção científica no período de 2008-2021 de três membras da comunidade discursiva Archival Education Research Initiative (AERI). A metodologia é exploratória e descritiva e fez uso da Análise de Domínio de Hjørland na dimensão terminológica, mas de foco pontual. Enquanto resultados foi possível chegar em dez categorias no total. O predomínio foi a categoria da dimensão política com 81,25% dos trabalhos, em um *corpus* de 16 artigos. Esses resultados evidenciam uma dimensão de engajamento, de modo que é possível entender que se tratando do contexto de uso do termo arquivos comunitários na comunidade discursiva da AERI essa temática tem sentidos de atuações voltados à grupos sociais marginalizados, uma vez que a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história de tais grupos, a partir de seus próprios modos de atuar no ativismo político.

Palavras-chave: Análise de Domínio; Arquivística Decolonial; Arquivos Comunitários; Estudos arquivísticos críticos.

Abstract: The objective of this work was to analyze the context of use of the term Community Archives, based on the scientific production in the period 2008-2021 of three members of the Archival Education Research Initiative (AERI) discursive community. The methodology is exploratory and descriptive, and made use of Hjørland's Domain Analysis in the terminological dimension, but with a punctual focus. As for results, it was possible to reach ten categories in total. The predominance was the category of the political dimension with 81.25% of the works, in a *corpus* of 16 articles. This shows a dimension of engagement, so that it is possible to understand that, considering the context of use of the term community archives in the discursive community of AERI, this theme has meanings of actions aimed at marginalized social groups, since the emphasis given lies in the perspective of making the history of such groups accessible, based on their own ways of acting in political activism.

Keywords: Domain Analysis; Decolonial Archival Science; Community Archives; Critical Archival Studies.

1. Introdução

Os arquivos comunitários apesar de não serem recentes em dimensões de uma prática existente, têm sido objeto de estudo mais frequente de forma explícita nas últimas décadas. No Brasil, ainda é raro esse debate. Mas, em âmbito internacional nota-se uma maior produção, tanto de artigos e capítulos, quanto de livros. Na comunidade discursiva

arquivística Archival Education Research Initiative (AERI), a temática desse tipo de arquivo consta de forma frequente, inclusive faz parte de projetos de alguns membros/as¹.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar uma análise terminológica de cunho pontual sobre o termo Arquivos Comunitários, a partir dessa comunidade discursiva.

A metodologia é de cunho exploratório e descritivo. Para compor o *corpus* consideramos enquanto universo de pesquisa a produção científica dos membros/as da AERI, pesquisando mediante o nome de cada um na base de dados LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*). Posteriormente, analisou-se dentro de todos os perfis dos membros/as aqueles que tivessem enquanto temáticas de trabalho, de forma explícita, em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/ decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland, gerando um *corpus* de 49 artigos, e com a busca do termo Community Archives, obteve-se um *corpus* de 16 trabalhos a cargo de 3 membras (Gilliland, Caswell e Bastian). Assim, a análise foi realizada sob esse *corpus* de 16 artigos. Enquanto resultados, chegamos em um total de dez categorias de análise, sendo a de maior incidência, a de cunho político. A seguir tem-se uma apresentação sobre os Arquivos Comunitários, seguida de uma discussão a respeito da AERI; posteriormente detalhamos os caminhos metodológicos, e por fim, os resultados e as considerações finais.

2. Os Arquivos comunitários

Notamos que nessa dimensão de criar arquivos mais inclusivos residem os situados arquivos comunitários, que têm sido tema de pesquisa e de projetos de alguns membros/as da AERI. Visto isso, falaremos sobre tais tipos de arquivos.

A começar pelo autor clássico da arquivística, Terry Cook (2013) quando aborda a respeito de paradigmas arquivísticos, em uma das fases ele refere explicitamente à dimensão dos arquivos comunitários, citando para tanto o autor Flinn (2007), o qual tem sido um teórico com muitos trabalhos sobre esse tema, sendo frequentemente citado.

Iremos destacar três dimensões dos arquivos comunitários presentes no artigo de Flinn em 2007, *Community Histories, Community Archives: some opportunities and challenges*. A primeira é sobre as causas de crescimento, os impactos e importância que essa concepção de arquivo causa; a segunda é sobre o quanto não é nova essa concepção da natureza de arquivos: e a terceira é sobre a difícil definição do termo e o abandono por algo fixo e único, deixado por último, uma vez que essa temática de definições tem sido foco de outros autores que tratam a respeito, se tratando todavia de uma questão complexa e certamente ainda em desenvolvimento do ponto de vista teórico, como qualquer conceito com múltiplas facetas. E não é, por acaso, um dos focos da referida tese, na dimensão da terminológica

¹ Esse artigo é parte de uma tese defendida em 2022, cujo campo temático foi a análise da AERI (Archival Education Research Initiative), circunscrita a partir de seus membros/as (micro biografias e características de sua produção científica no período de 2008 a 2021), e sobre o contexto do uso do termo “arquivos comunitários” a partir dessa comunidade.

pontual, que em vez de cercar as definições, visa situar o contexto de uso a partir dos membros/as da AERI que pesquisam a respeito.

Para Flinn (2007), as causas de crescimento são fatores inter-relacionados, o aumento das tecnologias de informação e comunicação, que permitiu que diferentes pessoas de localizações distantes se agrupassem em torno de sua característica, o interesse pela história individual e familiar e, por último, o interesse pela história quando as comunidades passam por situações de mudanças, como é o caso de eventos traumáticos, alterações culturais, demográficas e geracionais.

Um relatório do *Community Access to Archives Project* (CAAP)², que avaliou os arquivos comunitários no Reino Unido em 2004, contabilizou a existência de aproximadamente 3.000 arquivos comunitários e, ao realizar uma análise com 46 grupos, o relatório identificou diferentes impactos entre eles: ganhos de capital cultural, reequilíbrio da história e patrimônio em favor da comunidade, maior sentido de empoderamento, pertencimento e coesão comunitária.

Nesse sentido, sua importância, a partir da visão do autor, entre outros argumentos, é pela inclusão, por uma missão democrática contínua a respeito do patrimônio nacional que contemple todas as pessoas, uma vez que “dão voz a quem geralmente não é ouvido, revelam o que aconteceu no local de trabalho para além das estatísticas de salários e produção, mostram sobre a vida e as experiências em comunidades raramente mencionadas nos documentos oficiais [...]” (FLINN, 2007:160- *tradução nossa*).

Na segunda dimensão, é que esse tipo de arquivos, apesar de ter vários nomes diferentes, não é um fenômeno novo e que o reconhecimento oficial de sua existência e sua importância demorou a aparecer:

Na verdade, um breve exame da comunidade e grupos de história local em toda a Grã-Bretanha logo revela uma rica herança de diferentes iniciativas para documentar e preservar os vestígios de vários grupos e localidades de outra forma sub-representados pelos principais arquivos e serviços de patrimônio. Alguns desses projetos trabalharam em estreita colaboração com o setor formal, enquanto outros permaneceram firmemente independentes e controlados pela comunidade. Uma lista abrangente provavelmente seria impossível de construir, mas alguns exemplos serão suficientes para dar uma noção da extensão e variedade de o movimento (FLINN, 2007:156 - *tradução nossa*).

² “[...] iniciativas Community Access to Archives Project (CAAP) e os valiosos relatórios e orientações que publicou em outubro de 2004. O CAAP foi sucedido em 2005 pelo Community Archive Development Group (CADG) e em sua curta existência até agora lançou um *site* (communityarchives.org) e encomendou a primeira pesquisa sobre o impacto dos arquivos comunitários e realizou uma conferência pública bem-sucedida no verão de 2007, que reuniu profissionais de arquivos comunitários e formais, bem como de outras partes interessadas (FLINN, 2007:154).

O autor lista em torno de 18 iniciativas que podem ser consideradas arquivos comunitários, uma vez que têm essa característica de preservar história em torno de uma comunidade.

Por fim, o terceiro foco, com todo esse panorama apresentado, é sobre a difícil definição do termo e o abandono por algo fixo. Essa questão está no início de muitos artigos que tratam a respeito dos arquivos comunitários, para citar alguns: Flinn (2007), Gilliland e Flinn (2013), Nyhan (2015), Welland e Cossham (2019) e Gibbons (2020).

[...] o termo é complexo que pode ser usado para se referir a uma variedade de projetos. Há muitas razões para isto. Por exemplo, o termo “comunidade” foi usado, dentro e fora o setor de patrimônio, de maneiras que desmentem a amplitude de seu alcance semântico. De fato, Waterton e Smith argumentaram elegantemente que ele se tornou um "um obstáculo epistemológico ... [ele] se tornou muito facilmente uma exposição ou solução 'em vez de algo a ser explicado'" (NYHAN, 2015:222 - *tradução nossa*).

Não temos a pretensão de esgotar essa dimensão, mas dar visibilidade do cenário conceitual a respeito desse termo. Por exemplo, Flinn (2007:153 - *tradução nossa*) diz que a aceitação do termo teve crescimento nos últimos anos “como um meio eficaz [se às vezes imperfeito] de agrupar esses projetos e iniciativas muitas vezes díspares e com nomes variados, em um “movimento” de arquivos comunitários.” Agrupando suas definições, temos:

Sobre comunidade:

Prefiro ser mais amplo e explícito ao me referir a uma comunidade como um grupo que se define com base na localidade, cultura, fé, ou outra identidade ou interesse compartilhado. Muitas comunidades tendem a ter um foco local, mesmo que se encontrem virtualmente, mas outras têm outro foco compartilhado, como sexualidade, ocupação, etnia, fé ou interesse, ou uma combinação de um ou mais dos itens acima.

Sobre arquivos comunitários:

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades básicas de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário em que a participação, controle e propriedade da comunidade do projeto são essenciais (FLINN, 2007:153 - *tradução nossa e grifo nosso*).

Apesar dessas definições, ainda que funcionais, como diz o autor (2007:153 - *tradução nossa*), “é importante não se distrair muito com a exatidão de definição. Muitas vezes, essas definições podem confundir tanto quanto esclarecem e excluir tanto quanto incluir”. Gilliland e Flinn (2013) também vão por esse caminho. E quem também seguiu essa via foi Gibbons (2020), que ao analisar sobre os arquivos comunitários na Austrália, em vez de se ater em definições, preferiu explorar o porquê e quem está falando sobre eles.

Welland e Cossham (2019) trataram especificamente sobre essa dificuldade. *Defining the undefinable : an analysis of definitions of community archives* nos fornece, se não soluções, pelo menos alguns argumentos de como se situar frente a esse cenário (difícil, mas necessário) quando pretendemos, para fins de uma perspectiva plural na educação arquivística, inserir outras formas de criar arquivos em que há espaço para grupos sociais marginalizados.

Tais autoras supracitadas exploram as definições de arquivos comunitários com diferentes abordagens, discutem a respeito das tensões sobre a diversidade de compreensão sobre o termo, bem como identificam alguns temas-chave que influenciam na maneira como são entendidos. Elas reúnem diferentes conjuntos de definições³, contextualizam sobre tais descrições, mas afirmam que elas “são difíceis de definir, não apenas em termos de defini-las para o público em geral, mas também para aqueles que criam, aqueles que trabalham com informações patrimoniais, e para a disciplina de arquivos [...]”, indicando posteriormente, que o conceito, pelo menos em parte da literatura, “não se encaixa em nenhum paradigma arquivístico dominante” (WELLAND e COSSHAM, 2019:622, *tradução nossa*).

Uma das contribuições dessa pesquisa citada acima é a sistematização a partir da literatura analisada, de quatro temáticas em torno dos arquivos comunitários: 1) os arquivos comunitários contam com o apoio ativo da comunidade e a participação de uma comunidade autodefinida; 2) são lugares (físicos ou não) que validam e dão acesso à memória comunitária e às histórias, que podem ser criadas a partir dela; 3) contêm não apenas arquivos como tradicionalmente entendidos, mas também uma variedade de itens que tradicionalmente não foram considerados arquivísticos; 4) operam sem financiamento e/ou controle direto do governo, “como coleções de materiais criados, mantidos e gerenciados principalmente dentro das comunidades e fora do setor formal do patrimônio. (WELLAND e COSSHAM, 2019 - *tradução nossa*).

Para além dessa sistematização, outro fator de relevo foi a identificação de cinco fatores que influenciam as definições de arquivos comunitários, além da dimensão de identidades: 1) a falta de uma “marca” pública; 2) falta de acordo na informação do setor do patrimônio sobre quem pode usar o termo arquivos comunitários; 3) a postura defensiva dos arquivos tradicionais; 4) definições de arquivos comunitários, que se concentram em “o que poderia ser” em vez de “o que é” e 5) a confusão dentro da própria comunidade dos arquivos comunitários, sobre o que eles são (WELLAND e COSSHAM, 2019 - *tradução nossa*).

Por fim, há ainda um argumento dos autores de que a análise das definições se apresenta enquanto ponto de partida com o objetivo de apoiar esse tipo de arquivo, o que resulta também em uma compreensão mútua para diferentes públicos e a comunidade arquivística, com foco em explorar as possibilidades nesses tipos de arquivos, apontando ainda, para futuras pesquisas, “desenvolver uma taxonomia de tipos de arquivo comunitário e a partir disso construir um compreensão das práticas e necessidades de

³ Os arquivos comunitários têm sido definidos como “únicos” (RAMSDEN, 2016:2), “não públicos” (HARRIS, 1998:2), “instituições DIY” (BAKER e HUBER, 2013:266), livres de influências externas (COOK, 2012; FLINN, 2011; FLINN *et al.*, 2009), “documentar e registrar a vida daqueles escondidos ou marginais” (FLINN, 2007:161), projetos (LATIMER, 2015), lugares de ativismo político (Caswell, 2014; Flinn e Stevens, 2009) e storytelling (Lee, 2018), constituindo comunidade por meio de suas definições de histórias, pertencimento e limites (Ramsden, 2016) lugares que têm “senso autoconsciente de curadoria” (Long e Collins, 2016, p. 98) e “preservar o impacto cultural de [uma] comunidade intencional” (Finnell, 2019). Os arquivos comunitários também podem ser vistos como “pequenos, locais, independentes e muitas vezes idiossincráticos” (Hurley, 2016). Eles são um lugar “através do qual as comunidades podem tomar decisões coletivas sobre o que é de valor duradouro para elas, moldar a memória coletiva de seus próprios passados e controlar os meios pelos quais as histórias sobre seu passado são construídas” (Zavala *et al.*, 2017:203). (WELLAND e COSSHAM, 2019:621 - *tradução nossa*).

diferentes tipos e diferentes comunidades” (WELLAND e COSSHAM, 2019:630 - *tradução nossa*).

Notadamente, podemos ter um olhar do quanto essas concepções e análises de fato desafiam a visão tradicional do que entendemos por arquivística, e ainda mais, o quanto desafiador e necessário é o caminho de exploração, para essas outras vias de criar e envolver as comunidades socialmente marginalizadas. E, ao se ater nessa via com a perspectiva dos arquivos comunitários, certamente, não é possível deixar de lado, a dimensão terminológica, a fim de atuar na representação e comunicação entre os pares e o público, que deseja atuar e compreender esse cenário e ambiente. Assim, concordamos com os autores de que:

Qualquer que seja a definição de arquivos comunitários, a noção de comunidade não pode ser separada dela, enquanto a noção de arquivos pode ser mais ampla, mais transformadora, mais poderosa, mais política, mais inclusiva e muito mais flexível do que sugere o paradigma arquivístico tradicional. A incorporação de arquivos comunitários ao paradigma arquivístico beneficiará ambos (WELLAND e COSSHAM, 2019:631 - *tradução nossa*).

Mas, antes de finalizar essa seção, cabe ainda verificar em que outros locais esse conceito tem sido foco de pesquisa. Dessa forma, com a busca em espanhol⁴, no buscador do *Google Scholar* a partir do termo “*archivos comunitarios*” recuperam-se alguns trabalhos, mas aqui vamos destacar a tese de Marta Lucia Giraldo, *Archivos vivos : documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia*, defendida em 2019, para título de doutorado em História Comparada, Política y Social do Departamento de História Moderna y Contemporânea da Universidad Autónoma de Barcelona, que em maio de 2022 foi publicada no formato de livro e que defende:

Con base en la idea de que los archivos son vehículos para la construcción de las memorias del pasado en el presente, Archivos vivos. Documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia indaga por las prácticas, los sentidos y los usos de los archivos que documentan la violencia desde la perspectiva de los sobrevivientes. El libro parte de los fundamentos teóricos sobre los archivos, la memoria histórica y su relación con los derechos humanos, para luego abordar los casos de cuatro archivos no oficiales (dos personales y dos comunitarios) cuya labor de documentación de violaciones a los derechos humanos en Colombia es emblemática. Este estudio sobre los archivos producidos por la sociedad civil en relación con el conflicto armado interno colombiano llama la atención sobre la preservación de estos acervos

⁴ Um outro projeto de língua espanhola é do Chile, chamado “El Taller de Archivística Comunitaria (TAC) un programa político-pedagógico que busca construir y desarrollar colaborativamente herramientas y fomentar prácticas archivísticas comunitarias con diversos encargados de archivos comunitarios en Chile con la finalidad de que las apliquen y/o resignifiquen en función de sus necesidades internas y sus realidades locales. Actualmente, es impulsado por el Archivo de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile (AFECH)” - <https://archivoscomunitarios.cl/declaracion-de-principios/>, 2022.

como elemento chave para fortalecer la democracia y mantener abiertos los canales de participación ciudadana (GIRALDO, 2022: s. p.).

A autora faz uma discussão dos arquivos comunitários e eles são fontes de sua análise, que visa documentar os direitos humanos, no contexto da violência na Colômbia.

No Brasil, essas discussões de arquivos comunitários, a partir do uso desse termo, se encontram em construção, por exemplo, em um levantamento na base BRAPCI⁵ com o uso “community archives” e “arquivos comunitários” não constam registros. Por outro lado, com a busca na BDTD, com o mesmo procedimento, recupera-se apenas uma tese em Ciência da Informação, de Rodrigo Fortes de Ávila, defendida em 2020, na Universidade Federal da Bahia, com o título, *Insurgências Arquivísticas em busca da diversidade*, orientada por Maria Teresa Navarro Brito Mattos e coorientada por Miguel Ángel Rendón Rojas, de modo que, ao abordar a respeito das insurgências arquivísticas, o autor insere enquanto uma das insurgências os arquivos comunitários.

Como já foi mencionado, ainda que não haja maiores recuperações diretas, um dos pontos a respeito dos arquivos comunitários que a literatura internacional aborda diz respeito a uma situação onde, apesar de alguns lugares e projetos não usarem o termo, pode-se compreender o que corresponde ao que significa um arquivo dessa natureza.

E como foi visto, esse fenômeno com tais características de promover grupos sociais marginalizados, certamente, pode encontrar um campo de atuação nas agendas de pesquisa da América Latina, uma vez que dialoga com as situações de grandes desafios sociais. Um lugar onde a memória pode ter um papel atuante na vertente de direitos humanos e justiça social, como têm trabalhado alguns membros/as da AERI, ainda que seja nos Estados Unidos, a preocupação é do tipo de uma epistemologia do sul, não de um sul global, mas epistemológico como escreve Santos (2019).

Um último ponto para ser destacado é que pode ser comum confundir arquivos comunitários com arquivos participativos e, para isso, Gilliland e Mckemmish (2014:4 - tradução nossa) esclarecem que ainda que estes conceitos estejam relacionados, o que os diferencia é que “mais de uma comunidade são simultaneamente e explicitamente envolvidas e responsáveis pela criação, manuseio e uso de um arquivo participativo”. Elas exemplificam que podem ser, uma ou mais “comunidades originárias, uma comunidade judicial, uma comunidade acadêmica, a comunidade arquivística profissional [...]”.

Essa distinção é importante, em se tratando dos arquivos comunitários, o termo comunitário pode se referir a muitas possibilidades. Concordamos com Drake quando ele argumenta, de acordo com Brilmyer *et al.* (2019):

“[...] que noções como local e comunitário podem “oferecer valor analítico (e, consequentemente, acionável)”, porque “por qualquer métrica da definição de 'comunidade', somos compelidos a caracterizar literalmente todo arquivo como um 'arquivo comunitário'”. Trabalhadores de 'arquivos comunitários' devem reformular radicalmente sua orientação para o trabalho e **deixar**

⁵ Pesquisa realizada dia 26 out. 2022.

claros seus projetos políticos” enquanto centralização da política de comunidades marginalizadas e os objetivos libertadores/emancipatórios de seus arquivos. Ele argumenta que só porque um arquivo é participativo e baseado na comunidade não necessariamente torná-lo libertador. E, como observa Elizabeth Crooke, “comunidade e patrimônio não são apenas conceitos maleáveis; eles também são altamente emotivos, bem guardados e são usados para controlar e definir autoridade (BRILMYER *et al.*, 2019:14 - *grifo e tradução nossa*.).

Nesse mesmo sentido de distinção, pautando a dimensão política, há de se atentar para a diferença que pode existir dentro do que se entende por arquivos comunitários.

Estamos de acordo com Caswell (2021) ao citar o clássico artigo dos autores do Reino Unido, Andrew Flinn, Mary Stevens e Elizabeth Shepherd, de 2009⁶, a respeito da breve análise da definição centrada no fato de que arquivos comunitários se definem por serem coletados por membros de uma comunidade e que eles têm algum nível de controle, quando ela nos chama a atenção, propondo duas categorias amplas de arquivos comunitários:

Mais especificamente, argumento que não podemos discutir o fenômeno dos arquivos comunitários nos Estados Unidos sem abordar as desigualdades de poder. Aqui podemos dividir amplamente os arquivos comunitários em duas categorias - aqueles que representam e servem comunidades dominantes, como sociedades históricas que frequentemente investem em histórias de supremacia branca como forma de manter ou aumentar os valores de propriedade local, e **aqueles que representam e servem comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas** (CASWELL, 2021:16 - *tradução e grifo nosso*).

Ainda que no contexto brasileiro, precisaremos de mais estudos para nossa definição de arquivos comunitários, por ora, essa distinção pode ser aplicada em nosso contexto. Outro ponto é que esses tipos de arquivos “não são apenas às omissões da história como a história oficial escrita por uma guilda de historiadores profissionais, mas às omissões das instituições de memória”, e que, a partir disso, “podem ser lidos como um desafio direto ao fracasso dos repositórios convencionais em coletar uma representação mais diversificada da sociedade” (CASWELL, CIFOR e RAMIREZ, 2016:61-62 - *tradução nossa*).

3. A Archival Education Research Initiative pautando o debate dos estudos críticos e decoloniais na arquivística

Diante dessa caracterização da diversidade apresentada na seção anterior, ou sendo mais abrangente, a partir da pluralidade é que estamos entendendo os arquivos comunitários, pautados a partir dessa segunda categoria que Caswell (2021:16 - *tradução nossa*) menciona, para representar e servir as comunidades sub-representadas, marginalizadas

⁶ “Coleções de material coletado principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cuja comunidade os membros exercem algum nível de controle... ou localidade em seus próprios termos”.

e/ou oprimidas. E que, portanto, nesse sentido, estamos partindo da compreensão de que os arquivos comunitários são partes de um projeto maior, isto é, são expressões da dimensão pluralista e inclusiva focada em uma práxis arquivística crítica e decolonial, que denuncia opressões por meio de propostas e projetos visando pautar a temática da libertação/emancipação em âmbito dos registros e da memória, para grupos socialmente marginalizados.

Uma comunidade discursiva no âmbito internacional, que pode ser considerada representativa ao pautar tais debates, por ter membros/as que atuam na pesquisa, e ensino em tais ênfases, é a AERI, cuja atuação ocorre no campo da Pesquisa e Educação Arquivística.

A AERI é uma comunidade com docentes atuantes entre os principais programas de educação arquivística nos Estados Unidos e no mundo. Foi criada em 2009 por docente da área arquivística nos Estados Unidos. Ela promove os *Archival Education and Research Institutes*, um evento com duração de uma semana nas instituições parceiras. Essa iniciativa visa atuar, entre outros âmbitos, com inovação curricular e pedagógica arquivística, a partir de seu foco de preocupação com grupos sociais marginalizados, com temas de pesquisa sobre justiça social e direitos humanos, entre outros.

Em seu estatuto (2022) um dos objetivos é “promover comunidades historicamente marginalizadas”. Alguns dos membros/as que compõem essa comunidade são atuantes nos debates teóricos e metodológicos de uma perspectiva inclusiva, isto é, ao considerar o cenário de desigualdades e injustiças frente ao poder, que o registro e a memória têm de exclusão e não pertencimento, atuam frente a tais contextos, por meio de diferentes propostas teóricas/conceituais e projetos acadêmicos e independentes.

Para fins desse artigo, entendemos que uma das formas possíveis de inclusão nesse contexto são os debates teóricos e metodológicos que tais membros/as fazem a respeito dos Arquivos Comunitários, os quais podem ser caracterizados nessa dimensão inclusiva, uma vez que eles “[...] combatem a aniquilação simbólica ao criar condições para o pertencimento representacional em comunidades minoritárias” (CASWELL, 2021:6 - tradução nossa)⁷.

4. Metodologia

A metodologia é de cunho exploratório e descritivo. Contou com três etapas.

Etapa 1: A construção de parâmetros para definição do *corpus*. Nessa etapa, a pergunta guia é: quais parâmetros devem orientar a definição do *corpus*? Para compor o universo de

⁷ “Community archives, I have argued, counter symbolic annihilation by catalyzing representational belonging in minoritized communities”.

pesquisa⁸, optámos por realizar a busca pelo nome de cada membro da AERI⁹, na base de dados da Ciência da Informação que indexa periódicos da arquivística nacional e internacional, a LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text*) pelo provedor EBSCOhost. No aspecto do recorte temporal, considerámos o tempo de 2008 até 2021. Relativamente ao tipo de produção científica optou-se por analisar os artigos.

Etapa 2: Coleta do *corpus*. Nesta etapa considerámos os parâmetros citados anteriormente, a fim de construir um formulário para a coleta do *corpus* da pesquisa. Utilizámos a seguinte estratégia de busca:

- **Campo de busca:** AUTOR
- **Termo:** NOME DO AUTOR(A)
- **Tipo de documento:** ARTIGOS (de periódicos)
- **Período:** 2008-2021
- **Base de dados:** LISTA
- **Datas da coleta:** 29, 30 e 31 de julho de 2022 / 4 e 5 de agosto de 2022
- **Forma da busca:** Individual (autor por autor)
- **Local salvo das páginas de coleta:** Pasta “lista de resultado por autor”
- **Metadados da coleta na planilha Excel:** 1) código; 2) autor(a); 3) data da coleta; 3) total; 4) referência; 5) título; 6) palavras-chave.
- **Não foram considerados:** Editoriais, trabalhos de eventos e duplicados.

Etapa 3: as lentes de análise do *corpus*. Tennis (2012:6) distingue dois tipos de Análise de Domínio (AD), a descritiva e a instrumental, uma vez que “a primeira é usada, e útil, somente em pesquisas básicas, e a última é usada para criar sistemas de organização do conhecimento”. Nossas análises estão focadas em âmbito descritivo.

Para análise do *corpus* foi utilizada a lente Terminológica - micro trabalho terminológico pontual. Essa lente dialoga com a crítica realizada por Barité e Rauch (2022), que parte da constatação de que enquanto abordagem específica da AD, os estudos terminológicos têm recebido pouca atenção na literatura até o momento; eles defendem os estudos terminológicos de forma autônoma na AD, separando-os da associação que Hjørland

⁸ No período da coleta de dados (julho e agosto de 2022) a base de dados LISA (Library and Information Science Abstracts) não estava disponível pela CAPES, por isso não foi incluída aqui uma vez que o Portal CAPES não havia renovado a assinatura das bases da Proquest.

⁹ Realizámos a busca a partir da relação dos nomes descritos enquanto membros/as no website AERI nas datas de 29, 30 e 31 de julho a 4 e 5 de agosto de 2022.

agrupa com LSP (*Language por Specific Purposes*) e análise do discurso. Aqui, nesse nível de trabalho terminológico, optamos por realizar um micro-trabalho terminológico pontual.

Essa análise terminológica pontual foi aplicada sob *corpus* 3. Em relação a estratégia de seleção do *corpus* para aplicar lente, e dado que há muitos membros/as e temáticas possíveis, com termos diversos, os seguintes critérios foram aplicados:

1. Quais membros/as?

Em consonância com um dos objetivos da AERI¹⁰, que visa, entre outros, atuar frente as comunidades historicamente marginalizadas, utilizamos enquanto estratégia os membros/as com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística.

2. Qual o termo a ser analisado pontualmente?

Ainda em diálogo com o objetivo destacado acima da AERI, elegemos o termo *Community Archives* (Arquivos Comunitários) por se tratar de um conceito, sobre o qual ainda se discute a respeito de sua definição (WELLAND e COSSHAM, 2019) e que nomeia a prática de pensar e criar arquivos, em que há ênfase em diferentes tipos de comunidades marginalizadas. Tal prática que não é recente no campo arquivístico vem ganhando espaço em âmbito internacional:

Os arquivos comunitários, tanto dentro como fora dos EUA, foram formados em torno da identidade étnica, racial e religiosa, gênero e identidade sexual, classe econômica e localização geográfica, de tomada de decisão em torno de questões de história, memória, narrativa, preservação e poderes compartilhados. Verne Harris argumenta que os arquivos tradicionais representam apenas uma pequena parte da sociedade em seus acervos, e esses registros são, então, restritos em escopo e acesso. A natureza seletiva da coleta leva à marginalização das vozes nos arquivos, pois os fundos e as restrições de espaço moldam continuamente as decisões de coleta. Essas dinâmicas de poder exigem a criação de arquivos comunitários para dar espaço às comunidades marginalizadas que não foram representadas nos repositórios convencionais (ZAVALA, MIGONI e CASWELL, 2017:2 - *tradução nossa*).

3. Qual o procedimento metodológico para a coleta e análise desse termo?

Para esse procedimento foram criados dois roteiros. O primeiro, descrito no Quadro 1, em que se mostra a caracterização, o aspecto pontual a ser realizado, bem como, as etapas. Já o segundo (Quadro 2) é o modelo de ficha de registro do termo:

¹⁰ Ver objetivo AERI no estatuto: “Its object shall be supporting strong, inclusive, diverse, and vibrant archival and recordkeeping scholarship that enables individuals, communities, organizations and societies to remember and deal with their past, hold those in positions of power to account, uplift historically marginalized communities, and address societal grand challenges”.

Quadro 1 – Metodologia do micro trabalho terminológico pontual

1. CARACTERIZAÇÃO: a) Tipo: Pontual b) Função: Descritiva c) Âmbito de especialidade: arquivística d) Tipo de material do corpus: Artigos de periódicos e) Linguagem e idioma do corpus: Escrita - inglês f) Quantidade: 49 trabalhos para buscar o termo. g) Armazenamento do corpus: online.	
1. ASPECTO PONTUAL A SER REALIZADO: a) Termo “community archives” b) Pergunta-guia: Esse termo “community archives” pode ser classificado enquanto termo do tipo “apropriações-contra-hegemônicas”, uma vez que nomeia práticas e pensamentos com foco em ampliar a concepção das práticas e teorias arquivísticas para incluir, entre outros aspectos, preocupações com grupos socialmente marginalizados. Sendo assim, no <i>corpus</i> selecionado dos autores que pesquisam especificamente a questão de direitos humanos/justiça social/decolonialidade, qual o contexto de uso de tal termo? c) Objetivo: Identificar no <i>corpus</i> de 49 artigos provenientes de 5 membros/as da AERI que pesquisam explicitamente sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na arquivística, o contexto de uso do termo <i>community archives</i> .	
2. ETAPAS: a) Identificar quais artigos descrevem o contexto de uso do termo; b) Realizar os registros dos termos na ficha modelo; c) Realizar a leitura e análise dos contextos de uso e classificá-los; d) Apresentar uma síntese dos contextos de uso de tais termos.	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cabré (2017), Barité (2017), Cervantes (2009) e Duboc (1999).

Apresentamos em seguida, o quadro metodológico (Quadro 2) para fins de visualização de cada lente, pergunta-guia, técnica utilizada e instrumento de registro:

Quadro 2 – Modelo de ficha de registro de termo para lente terminológica pontual

		1	
TERM/TERMO		AUTHOR/AUTOR(A)	
RELATED TERMS		TERMOS RELACIONADOS:	
TITLE		TÍTULO	
ABSTRACT		RESUMO	
KEYWORDS		PALAVRAS-CHAVE	
PAPER STRUCTURE		SEÇÕES DO ARTIGO	
CONTEXT OF USE OF THE TERM		CONTEXTO DE USO (TRADUÇÃO NOSSA)	
REFERENCES/ REFERENCIAS			
RESPONSIBLE/ RESPONSÁVEL:		DATE/ DATA	

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Cervantes (2009:169).

Esses quadros foram utilizados de modo a orientar a sistematização dos dados da pesquisa, já que não haviam sido localizados na literatura da área da terminologia formas de registros e roteiros de análises especificamente da terminologia pontual.

5. Resultados: discussões e análises

De acordo com os procedimentos descritos na metodologia, que previa identificar mediante critério estabelecido, o termo para ser analisado pontualmente e o procedimento metodológico para a coleta e análise do termo, chegamos aos resultados abaixo.

Foram identificados/as 5 membros/as da AERI, que possuem a dimensão com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland. Com a produção desses membros/as, e excluindo os artigos duplicados de autores que escreveram em conjunto, o total desse *corpus*, que chamaremos de *corpus 2*, soma um total de 49 artigos.

Seguindo agora para a etapa posterior, foi realizada a leitura panorâmica e utilizada a busca pelo termo “*community archive*” nesse *corpus 2*, e recuperamos 16 artigos provenientes de 3 membras, Anne Gilliland (6), Michelle Caswell (8) e Jeannette Bastian (2), fazendo uso do termo a partir de um contexto. Esses trabalhos com 16 artigos estamos chamando de *corpus 3*.

Importante ressaltar que esses autores possuem projetos que revelam essa relação com esses tipos de arquivos, e em sentido mais amplo, com uma arquivística plural, quando visa propor conceitos e outras formas de pensar as práticas do campo a partir da inclusão de outros grupos, além da dimensão estadista.

Com uma descrição dos projetos delas, podemos ver essas preocupações, de **Anne Gilliland** no seu projeto maior, o **Centro de Informação como Evidência** (CIE - *Center for Information as Evidence*) sediado no Departamento de Estudos da Informação da UCLA (iSchool da UCLA) e fundado em 2005. De acordo com as informações no *website*, esse projeto tem servido como *locus* e parceiro para vários projetos de pesquisa, e desenvolvimento apoiados por diferentes financiadores. Entre vários, um dos seus objetivos é “monitorar questões locais e globais relevantes relacionadas ao *recordkeeping* e de arquivos, prestação de contas, equidade, justiça social e direitos, especialmente, os direitos humanos”¹¹.

A professora Jeannette Bastian (de acordo com uma nota da Society of American Archivists aposentou-se em junho de 2019) foi empossada *fellow* da Society of American Archivists (SAA), distinção de Fellow que é a mais alta honraria concedida a indivíduos pela SAA e é concedida por contribuições extraordinárias à profissão de arquivista. Seus livros são *Owning memory : how a Caribbean community losts its archives and found its history* (2003), *Community archives : the shaping of memory* (2009) e *Decolonizing the*

¹¹ <https://informationasevidence.org/about-cie>.

Caribbean record: an archives reader (2018) e mostram essa relação de seu foco de interesse nos arquivos comunitários. Para citar uma parte de uma entrevista da autora, podemos notar essa contextualização como parte de seus estudos:

Como sua formação profissional a levou para este tema dos arquivos no Caribe?

Antes de vir para Simmons [universidade], toda a minha vida profissional como bibliotecária e arquivista foi vivida nas Ilhas Virgens Americanas, território dos Estados Unidos e ex-colônia da Dinamarca. O engajamento total no local onde morava foi um elemento crítico do meu trabalho nas bibliotecas públicas e, posteriormente, como diretora. Continuo profundamente envolvido tanto por meio de pesquisas quanto pessoalmente com o Caribe.

Além do Caribe, quão importante é a descolonização nos arquivos hoje?

Eu diria que a descolonização é essencialmente uma questão de justiça social. A descolonização em todos os aspectos da vida é crítica para os antigos países coloniais, mas, muitas vezes é difícil de alcançar. Registros e arquivos são ferramentas vitais para ajudar comunidades e nações a entender sua própria história, unir-se em torno de sua própria herança cultural e construir uma identidade comum. O colonialismo foi (ainda é) mundial e todas as ex-colônias enfrentam esses desafios (BASTIAN, 2019 - Entrevista datada de 12 fev. 2019, disponível no *website* da universidade - tradução nossa)¹².

E, por último, a professora Michelle Caswell está à frente de três projetos, que revelam seu envolvimento com essa temática de forma assídua: o arquivo comunitário criado por ela em conjunto com outro autor, o *South Asian American Digital Archive*¹³, o laboratório que desenvolve pesquisas na universidade, o *Community Archives Lab UCLA*¹⁴ e um coletivo denominado, *Archivists Against History Repeating Itself*¹⁵. Não vamos aprofundar aqui, mas, esse coletivo, ainda em estágio inicial, reúne uma tipologia de temas que entram nessa vertente do pluralismo arquivístico, que pode ser útil ao mapeamento do campo.

Podemos notar que essas três autoras, possuem projetos e produção científica explicitamente com o foco nos arquivos comunitários, em perspectiva ampla, de forma que se envolvem com temas de engajamentos sociais, como afirmámos anteriormente.

Abaixo, segue a relação desse *corpus* 3, já selecionado, com os 16 artigos.

¹² <https://www.simmons.edu/news/professor-jeannette-bastian-decolonizing-caribbean-record>.

¹³ <https://www.saada.org/about>.

¹⁴ <https://communityarchiveslab.ucla.edu/>.

¹⁵ <http://www.archivistsagainst.org/>.

Quadro 3 – Corpus 3 da lente terminológica pontual

AUTOR/AUTORA E NOME DO PERIÓDICO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO
1. Gilliland, Anne J.; Halilovich, Hariz. Archival Science . 17: 1 (mar. 2017) 79-96. DOI: 10.1007/s10502-016-9265-9.	Migrating memories: transdisciplinary pedagogical approaches to teaching about diasporic memory, identity and human rights in archival studies
2. Lau, Andrew J.; Gilliland, Anne J.; Anderson, Kimberly. Information, Communication & Society . 15:7 (sep. 2012) 991-1.015.	Naturalizing community engagement in information studies
3. Gilliland, Anne J. The Journal of the Society of Georgia Archivists . 35:2 (2019) 4-31. (AN: 151635300).	Trust matters
4. Gilliland, Anne J. Archival Science . 10:3 (sep. 2010) 333-343. DOI: 10.1007/s10502-010-9134-x.	Afterword: in and out of the archives
5. Gilliland, Anne J. Knowledge Organization . 39:5 (2012) 340-346.	Contemplating co-creator rights in archival description
6. Gilliland, Anne J. Archifacts . (dec. 2015) p12-30.	Permeable binaries, societal grand challenges and the roles of the twenty-first century archival and recordkeeping profession
7. Bastian, Jeannette. Archival Science . 21:1 (mar. 2021) 25-42.	Mine, yours, ours: archival custody from transaction to narrative
8. Bastian, Jeannette. Archival Science . 13:2/3 (jun. 2013) 121-131.	The Records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities
9. Zavala, Jimmy; Migoni, Alda Allina; Caswell, Michelle; Geraci, Noah; Cifor, Marika. Archives & Manuscripts . 45:3 (nov. 2017) 202-215.	A Process where we're all at the table: community archives challenging dominant modes of archival practice
10. Caswell, Michelle. Archival Science . 13:4 (dec. 2013) 273-292.	On archival pluralism: what religious pluralism (and its critics) can teach us about archives
11. Caswell, Michelle; Cifor, Marika; Ramirez, Mario H. American Archivist . 79:1 (spring/summer 2016) 56-81.	To Suddenly discover yourself existing: uncovering the impact of community archives
12. Caswell, Michelle; Gabiola, Joyce; Zavala, Jimmy; Brilmyer, Gracen; Cifor, Marika. Archival Science . 18:1 (mar. 2018) 73-93.	Imagining transformative spaces: the personal-political <i>sites</i> of community archives
13. Brilmyer, Gracen; Gabiola, Joyce; Zavala, Jimmy; Caswell, Michelle. Archivaria . 88 (fall 2019) 6-48.	Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of "community" in community archives
14. Caswell, Michelle; Migoni, Alda Allina; Geraci, Noah; Cifor, Marika. Archives & Records . 38:1 (spring 2017) 5-26.	To Be able to imagine otherwise: community archives and the importance of representation
15. Caswell, Michelle. Archival Science . 14:3/4 (oct. 2014) 307-322.	Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives
16. Punzalan, Ricardo L.; Caswell, Michelle. Library Quarterly . 86:1 (jan. 2016) 25-42.	Critical directions for archival approaches to social justice

Fonte: Sistematizado pela autora (2022).

Desse modo, foram preenchidas 16 fichas de registro dos termos contidos nesses artigos. Após a identificação dos termos, realizou-se a leitura do artigo e preencheu o registro das fichas. Delimitamos a pergunta de análise a partir da questão: nos contextos de uso do termo arquivos comunitários, qual é a ênfase que os membros/as da AERI situam ao utilizarem esse conceito?

Posteriormente, utilizou-se enquanto categorias de análise os temas-chave descritos por Welland e Cossham (2019) - a, b, c e d¹⁶ - e acrescentámos, as demais seis classes (e, f, g, h, i, j):

- a) menciona sobre a participação da comunidade;
- b) menciona sobre o espaço;
- c) menciona sobre o tipo de conteúdo;
- d) menciona sobre a o tipo de manutenção financeira e de guarda;
- e) menciona sobre a dimensão política;
- f) menciona sobre a relação com as TICS;
- g) menciona sobre a dimensão das concepções terminológicas;
- h) menciona sobre a dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais;
- i) menciona sobre a o contexto histórico do termo;
- j) menciona sobre os impactos dos arquivos comunitários nas comunidades.

Cada contexto de uso recebeu quantos códigos fossem representativos, não se estipulou um limite. Nesse sentido, a tabela 1 a seguir retrata essa análise.

Vamos realizar os comentários das análises por classes. A primeira classe de maior predominância nos contextos de uso do termo ‘arquivo comunitário’ foi a dimensão política, sendo frequente na codificação em 81,25% nesse *corpus* de 16 artigos. Esses resultados atestam o que os autores haviam mencionado, ao relatarem sobre a natureza social e política dos arquivos comunitários, onde afirmam que:

Um fator-chave que influencia esses temas é a suposição de alguns pesquisadores de arquivos de que os arquivos comunitários **são representativos de movimentos políticos ou sociais** ao invés de serem apenas mais uma forma de patrimônio e instituição de memória onde a coleta e gestão de arquivos é um foco chave (mas não necessariamente o único). (WELLAND e COSSHAM, 2019:625 - *tradução nossa*).

¹⁶ No texto original não há esses termos como “menção de”; para fins de classe, sintetizámos o conteúdo dos autores e atribuímos essas expressões, das 1, 2, 3 e 4.

Tabela 1 – Análise da lente terminológica pontual - 16 artigos versus quantidade de ocorrência das classes

Códigos do contexto de uso	Corpus 3- Artigos																Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
dimensão política	X		X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	13
dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais	X	X	X				X		X		X			X	X	X	9
contexto histórico do termo		X	X				X		X		X	X		X	X	X	9
participação da comunidade		X	X	X					X		X		X	X	X		8
relação com as TIC	X	X				X	X	X							X	X	7
tipo de conteúdo	X	X						X									3
dimensão das concepções terminológicas											X	X		X			3
tipo de manutenção financeira e de guarda		X					X										2
impactos dos arquivos comunitários nas comunidades												X	X				2
espaço	X																1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Com isso, podemos notar que os membros/as da AERI, que pesquisam sobre arquivos comunitários, fazem parte desse grupo de pesquisadores que Welland e Cossham (2019) mencionaram. Nesse sentido, ao atribuírem essa dimensão quando abordam a respeito desses arquivos, a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história dos grupos marginalizados, a partir de seus próprios modos, atuar no ativismo político e de mudanças sociais, se aproximando também, do conceito que Caswell cita, de *pertencimento representacional*, onde há a ideia de autonomia desses grupos para estabelecerem sobre suas existências de maneiras variadas e simbólicas, a partir dos registros de memórias. Esse impacto da dimensão política certamente dialoga com as outras classes. Não é tão simples visualizar essas categorizações de modo único, por isso a atribuição a mais de um código. Mas são designadas as especificidades do tipo de relações de poder e representações, como argumentado acima.

A respeito das classes de dimensão de contraste, tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais, 56,25% é um pouco mais da metade do *corpus*, e novamente para as análises confirma-se o que os autores (WELLAND e COSSHAM, 2019) já identificaram, quando relatam que o pensamento tradicional parece deixar de lados os arquivos comunitários, em detrimento dos desafios que eles representam, e esse tem sido um ponto de tensão nos contextos de uso do termo. Aqui,

vamos lembrar da própria história eurocêntrica do pensamento tradicional, sobre uma disciplina e uma prática regida, para inicialmente perpetuar a memória dos que estão em posição de poder. Assim, seria esperado que essas tensões existissem. Agora, outro ponto em destaque foi sobre o chamado para atuação com esses profissionais. E esse caminho pode ampliar o entendimento e o crescimento de forma mútua, ainda que haja desafios.

Nos resultados sobre o contexto histórico do termo, também com 56,25%, revela-se a necessidade dos autores em descrever as origens do termo. Aqui também entrou, por exemplo, o facto de os membros/as mencionarem não ser um fenômeno novo, evocando Flinn (2007).

Em relação às menções nos contextos de uso da participação da comunidade, a maior parte dessas ocorrências faziam referência a Flinn (2009).

Nas menções sobre a relação com as TIC aparecem também, onde constam as classes sobre o **tipo de conteúdo** e/ou as **dimensões políticas**, ainda que os autores (WELLAND e COSSHAM, 2019) não aprofundem essas combinações quando visto na literatura; por exemplo, em livros ou capítulos, a dimensão da informática comunitária entra enquanto um auxílio fundamental, uma vez que a acessibilidade de criar arquivos comunitários é pelo meio digital, por exemplo, onde não entra o custo de manutenção com um espaço físico, os acervos e a amplitude tende a ser nessa perspectiva com as TIC.

Já nas dimensões das **concepções terminológicas** e nos **impactos dos arquivos comunitários nas comunidades**, só constam nos contextos de uso da membra Caswell. Notamos em baixa predominância também, as classes do **tipo de manutenção financeira** e de **guarda e sobre o espaço**.

Há nesses contextos de usos analisados, um fator importante, se tratando de romper com postulados do tipo tradicionais. Notamos que eles estão validados dentro de lógica da prática, que busca ou incentiva envolvimento com e para além da teoria, quando vemos, por exemplo, na maior predominância da dimensão política um discurso do tipo convidativo, ou ainda, de certa forma responsivo ao buscar dar voz a quem não a tem.

Uma consideração sobre as análises dos contextos de usos, é que a combinação destes mostram uma noção de complexidade ao usar esse termo, isto é, trata-se de um conceito com diferentes formas, já que amplia a concepção tradicional de arquivos, aqueles voltados apenas para uma memória estadista ou pessoal de grupos sociais de elite, para, inserir grupos que são excluídos da sociedade. De modo que, entendemos a partir desse cenário, a importância de situar e/ou fundamentar com as teorias críticas e decoloniais das ciências humanas outras variáveis de análise, que certamente podem revelar aspectos não explorados aqui.

6. Considerações finais

Sobre essa lente terminológica - micro trabalho terminológico pontual, foram identificados cinco membros/as da AERI que possuem a dimensão com foco explícito em seus currículos de investigações sobre direitos humanos/justiça social/decolonialidade na perspectiva da arquivística, sendo estes: Anne Gilliland, Jeannette Bastian, Kelvin White, Michelle Caswell e Tonia Sutherland, gerando um *corpus* de 49 artigos, e com a busca do termo

Community Archives, obteve-se um *corpus* de 16 trabalhos, a cargo de 3 membras (Gilliland, Caswell e Bastian).

Para analisar esses 16 contextos de uso do termo, utilizámos as categorias de análise dos temas-chave descritas por Welland e Cossham (2019) e acrescentamos outras seis, resultando em dez categorias no total: 1) sobre a participação da comunidade; 2) sobre o espaço; 3) tipo de conteúdo; 4) tipo de manutenção financeira e de guarda; 5) sobre a dimensão política; 6) sobre a relação com as TIC; 7) sobre a dimensão das concepções terminológicas; sobre a dimensão de contraste, 8) tensão ou necessidade de atuação conjunta em relação aos arquivos e arquivistas tradicionais; 9) sobre o contexto histórico do termo, e 10) sobre os impactos dos arquivos comunitários nas comunidades.

O predomínio foi a categoria da dimensão política (13) com 81,25% dos trabalhos. O que evidencia uma dimensão de engajamento, de modo que o contexto de uso do termo 'arquivos comunitários' na comunidade discursiva da AERI a partir dos membros/as que utilizam e pesquisam sobre a temática tem sentidos de atuações, para atuar frente a grupos sociais marginalizados, uma vez que a ênfase dada reside na perspectiva de fazer acessível a história de tais grupos marginalizados, a partir de seus próprios modos de atuar no ativismo político e de mudanças sociais, se aproximando também do conceito que Caswell cita, de *pertencimento representacional*, onde tem a ideia de autonomia desses grupos, para estabelecerem sobre suas existências de maneiras variadas e simbólicas, a partir dos registros de memórias.

Esse impacto da dimensão política certamente dialoga com as outras classes. Não é tão simples visualizar essas categorizações de modo único, por isso a atribuição a mais de um código. Mas são designadas sobre especificidades do tipo de relações de poder e representações, como argumentado acima.

Referências bibliográficas

ALENCAR, M. F.

2022 *Os Arquivos Comunitários na pesquisa e educação arquivística : uma análise a partir da Archival Education Research Initiative*. 2022.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Estadual de Londrina.

ARCHIVAL EDUCATION AND RESEARCH INITIATIVE

[20--] *Archival Education and Research Initiative*. [20--]. [Consult. 5 nov. 2022]. Disponível em: <http://aeri.website>.

BAKER, S.; HUBER, A.

2013 Masters of our own destiny : cultures of preservation at the Victorian Jazz archive in Melbourne, Australia. *Popular Music History*. 7:3 (2013) 263-282.

BARITÉ, M.

2017 Los Árboles de dominio. In *Teoría y praxis en terminología*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, 2017, p. 91-102.

BARITÉ, M.

2017 La Definición terminológica. In *Teoría y praxis en terminologia*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, p.45-67.

BARITÉ, M.; RAUCH, M.

2022 Terminological studies as domain analysis: a critical exploration. *Brazilian Journal of Information Science*. [Em linha]. 16 (2022). [Consult. 5 nov. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194315>.

BASTIAN, J.

2019 *Decolonizing the Caribbean record : interview*. [Em linha]. 12 Feb. 2019. [Consult. 5 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.simmons.edu/news/professor-jeannette-bastian-decolonizing-caribbean-record>.

BRILMYER, Gracen [et al.]

2019 Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of "community" in community archives. *Archivaria*. 88 (fall 2019) 6-48.

CABRÉ, M.T.

2017 Contexto y evolución de la terminología: de una aproximación nominalista a una teoría comunicativa. In *Teoría y praxis en terminologia*. Coord. by Sara Álvarez Catalá, Mario Barité. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República, 2017, p. 9-21.

CASWELL, M.

2021 *Urgent Archives: enacting liberatory memory work*. New York: Routledge Press, 2021.

CASWELL, M.

2014 Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. *Archival Science*. 14:3/4 (2014) 307-322.

CASWELL, M. [et al.]

2018 Imagining transformative spaces: the personal-political sites of community archives. *Archival Science*. 18:1 (mar. 2018) 73-93.

CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMIREZ, M. H.

2016 To Suddenly discover yourself existing: uncovering the impact of community archives. *American Archivist*. 79:1 (spring/summer 2016) 56-81.

CASWELL, M; PUNZALAN, R; SANGWAND, T.

2017 Critical archival studies. *Journal of Critical Library and Information Studies*. 1:2- special issue (2017).

CERVANTES, B. M. N.

2009 *A Construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos*. 2009. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

COOK, T.

2013 Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*. 13 (2013) 95-120.

DUBUC, R.

1999 *Manual práctico de terminología*. Trad. Ileana Cabrera. 3ª ed. corr. atual. Santiago de Chile : Unión Latina; RIL Editores, 1999.

FINNELL, B. J.

2019 Community archiving: Denison community homestead. *Communities*. 159 (2019) 54-57.

FLINN, A.

2011 Archival activism: independent and community-led archives, radical public history and the heritage professions. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*. [Em linha]. 7:2 (2011) 1-21. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/9pt2490x>.

FLINN, A.

2007 Community histories, community archives: some opportunities and challenges. *Journal of the Society of Archivists*. 28:2 (2007) 151-176.

FLINN, A.; STEVENS, M.

2009 It is noh mistri, wi mekin history: telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. In *Community Archives: the shaping of memory*. Ed. J. Bastian, B. Alexander. London: Facet Publishing, 2009, p. 3-27.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E.

2009 Whose memories, whose archives?: independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science*. 9:1/2 (2009) 71-86.

GIBBONS, L.

2020 Community archives in Australia: a preliminary investigation. *Journal of the Australian Library and Information Association*. 69:4 (2020) 451-472.

GILLILAND, A. J.; FLINN, A.

2013 The Wonderful and frightening world of community archives: what are we really talking about? In CIRN Prato Community Informatics Conference 2013 Oct 28-30 2013 - *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives meets Community Informatics*. Ed. Larry Stillman, Amalia Sabiescu, Nemanja Memarovic. [Em linha]. Prato: Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: <https://studylib.net/doc/12864586/community-archives--what-are-we-really-talking-about%3F-and...>

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.

2014 The Role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation, and recovery. *Atlanti: review for modern archival theory and practice*. [Em linha]. 24 (2014) 78 -88. [Consult. 6 jun. 2022]. Disponível em: http://www.ccnr.infotech.monash.edu.au/assets/docs/prato2013_papers/gilliland_flinn_keynote.pdf.

GIRALDO, M.

2022 *Archivos vivos: documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia*. Antioquia: Editora Universidad de Antioquia, 2022.

HARRIS, V.

1998 Some thoughts on the relationship between the national archives and community archives. *South African Archives Journal*. 40 (1998) 36-38.

HJØRLAND, B.

2002 *Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. Journal of Documentation.* 58:4 (2002) 422-462.

HURLEY, G.

2016 Gordon Dodds prize: community archives, community clouds: enabling digital preservation in small archives. *Archivaria.* 81 (2016) 129-150.

LATIMER, J.

2015 What is a community archive? [Em linha]. 2015. [Consult. 7 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/content/about/what-is-a-community-archive>.

LAWS OF AERI

2022 *Laws of AERI.* [Em linha]. 2022. [Consult. 7 jun. 2022]. Disponível em: <http://aeri.website/wp-content/uploads/2022/07/AERI-bylaws-2022-06.pdf>.

LEE, J. A.

2018 Archival legibility: sustainability through storytelling across generations. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 ago. 2022] Disponível em: <https://medium.com/community-archives/archival-legibility-legitimacy-sustainability-through-storytelling-across-generations-do849a4f346d>.

LONG, P.; COLLINS, J.

2016 Affective memories of music in online heritage practice. In *Memory, space and sound*. Ed. by Johannes Brusila, Bruce Johnson, John Richardson. London: Intellect, 96-116.

NYHAN, J.

2015 Community archives in the UK: an overview. In *Community archives: models of cooperation with the state*. Ed. Katarzyna Ziętał. [Em linha]. [S. l.] : Fundacja Osrodka Karta, 2015, p. 221-237. [Consult. 28 ago. 2022]. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10072044/1/Nyhan%20eng%20chapter%20Archiwaspoleczne.Modelewsopolpracyzpanstwem.pdf>.

RAMSDEN, S.

2016 Defining 'community' in models of community archives: navigating the politics of representation as archival professionals. [Em linha]. 2016, 139 p. [Consult. 28 ago. 2022] Disponível em:

https://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/handle/1993/31740/ramsdén_sarah.pdf?sequence=1.

Dissertação de mestrado - Faculty of Graduate Studies, University of Manitoba.

SANTOS, B. S.

2019 *O Fim do império cognitivo : a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TENNIS, J.

2012 Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? *Brazilian Journal of Information Science: research trends.* 6:1 (2012) 3-15.

WELLAND, S.; COSSHAM, A.

2019 Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. *Global knowledge, memory and communication.* 68:8/9 (2019) 617-634.

ZAVALA, J. [et al.]

2017 A Process where we're all at the table: community archives challenging dominant modes of archival practice. *Archives and Manuscripts*. 45:3 (2017) 202-215.

Maíra Fernandes Alencar | alencarmfa@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Brígida Maria Nogueira Cervantes | brigidacervantes@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Departamento da Ciência da Informação, Brasil

Mário Barité | mario.barite@fic.edu.uy

Universidad de la República, Uruguai